



Índice

- 01 AMÉRICA/MÉXICO - Crianças e adolescentes indígenas obrigados a deixar a escola para trabalhar ou se casar
- 02 Cacique avisou que haverá mais derramamento de sangue no Rio Grande do Sul
- 03 Hemocentro realiza ação de saúde para identificar portadores de doença falciformes em quilombolas
- 04 Rio dos Macacos: Em reunião conduzida por Deborah Duprat, MPF defende suspensão de processo contra quilombolas
- 05 Campanha Tamuaté-Aki – Luiz Henrique Eloy: Quais são os direitos dos índios?
- 06 Advocacia-Geral assegura saída de não índios da Terra Indígena Apyterewa no Pará
- 07 Pronatec disponibiliza mais de 300 vagas para índios do MA
- 08 Lugar de índio é na UFMG
- 09 PE – Comissão de Pescadores tradicionais e entidades vão à Brasília cobrar a criação da RESEX Sirinhaém
- 10 As comunidades quilombolas e o esvaziamento da vida pública
- 11 Indígenas do Apika'y têm de sair de área até amanhã
- 12 Indígenas promovem manifestação em José Boiteux.
- 13 Deputados pedem que postura de lideranças indígenas do Rio Grande do Sul sejam



investigadas

- 14** Faxinalzinho volta a paralisar aulas temendo novas mobilizações indígenas
- 15** Exposição mostra cotidiano de tribo indígena
- 16** Incra reconhece comunidade quilombola em Pernambuco
- 17** Hemocentro realiza ação de saúde para identificar portadores de doença falciformes em quilombolas em Manaíra
- 18** Economia da floresta é tema de encontro entre extrativistas e empresários na Terra do Meio (PA)
- 19** "Dom Tomás, Deus colocou no seu coração o amor pelos povos indígenas" (Gercília Krahô)
- 20** Após serem expulsos da BR-060, Indígenas recorrem a deputados
- 21** Nota Reunião Ampliada RENAP (NE): Memória, perspectivas, desafios e homenagem a Dom Tomás Balduino
- 22** Prêmio Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana – 2014
- 23** Curitiba convoca comunidades para Conferência Setorial para as Culturas Indígenas
- 24** PF faz operação para prender 9 por extração de madeira em terra indígena
- 25** Mulher encontrada morta próximo a aldeia indígena em Guaíra permanece sem ser reconhecida no IML em Toledo
- 26** Na Bahia comunidade é ameaçada de expulsão



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 07 de maio de 2014.

-
- 27** [Reunião entre quilombolas e governo termina mais uma vez sem acordo](#)
 - 28** [Índio integrado à sociedade é condenado segundo lei penal por agredir irmã](#)
 - 29** [Ministro da Justiça cancela viagem a área de conflito indígena no RS](#)
 - 30** [Antropólogo sugere que comunidades indígenas sejam estudadas com satélites](#)



AMÉRICA/MÉXICO - Crianças e adolescentes indígenas obrigados a deixar a escola para trabalhar ou se casar

SÍTIO AGENZIA FIDES, 06.05.2014

Merida (Agência Fides) – No México e no estado de Yucatán, as meninas, meninos e adolescentes indígenas constituem uma categoria da população altamente vulnerável pelas condições de pobreza nas quais vivem, carentes de todo direito fundamental.

A Comissão dos Direitos Humanos de Yucatan assinalou que no estado se concentra grande parte da população indígena de todo o país (59,2%) e se estima que 76,1% dos maias vivem em condições de pobreza. Dentre os pobres, os menores são os mais desfavorecidos.

O índice de analfabetismo é quatro vezes maior do que a média nacional (mais de 26% da população da faixa etária de maiores de 15 anos). Muitas crianças indígenas abandonam as aulas por serem obrigadas a trabalhar.

Segundo uma pesquisa sobre o trabalho infantil do Instituto Nacional de Estatística Geográfica e Informática (INEGI), 36% dos menores entre 6 e 14 anos trabalham, o duplo em relação à média nacional, que é de 15,7%.

Outro fator importante para a evasão escolar é o matrimônio precoce das jovens índias, que se casam antes de completar 15 anos (quase 5%), em relação aos 2% das não índias. O estado de Yucatan deu significativos passos avante na defesa dos direitos dos menores com leis de tutela dos direitos das meninas, meninos e adolescentes, dentre as mais avançadas no país em matéria de defesa da infância.

(AP)

(6/5/2014 Agência Fides)



Cacique avisou que haverá mais derramamento de sangue no Rio Grande do Sul
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 07.05.2014

Uma liderança kaingang avisou que haverá mais derramamento de sangue no Rio Grande do Sul caso o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, não determine a imediata demarcação de terras indígenas no estado. A declaração do Cacique Valerio de Oliveira foi dada ao cartunista Carlos Latuf e postada no Youtube no dia 30 de abril, menos de 24 horas depois do assassinato de dois agricultores por índios da mesma reserva do cacique.

O deputado federal Jerônimo Goergen acabou de informar que pedirá uma investigação para apurar o envolvimento do Cacique nos episódios que resultaram no assassinato dos agricultores Anderson e Alcemar Souza. Para o deputado, o cacique "está estimulando o conflito e a violência". O deputado diz notificará formalmente o Ministério Público Federal e a Polícia Federal para que tomem providências cabíveis.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=t1PWB0mGBLw

Também por meio de um vídeo o Ministro da Justiça informou que insistirá nas mesas de diálogo, porque assinar a portaria sem construir um processo de pacificação, como querem os indigenistas, pode agravar a crise ao invés de resolvê-la.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=n9m9rKRQoko

Enquanto o Governo tenta negociar, os índios ameaçam com mais violência enquanto a Funai, que é subordinada ao Ministro da Justiça e deveria dialogar com índios, não consegue conter os ânimos. Ouça o depoimento do Deputado Jerônimo Goergen gravado agora a pouco na Câmara dos Deputados.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=EQyGjVTEedI

Fonte: Blog Questão Indígena



Hemocentro realiza ação de saúde para identificar portadores de doença falciformes em quilombolas

SÍTIO PORTAL BRASIL NOTÍCIA, 06.05.2014

O Hemocentro de João Pessoa realiza nesta quarta-feira (7), na cidade de Manaíra, no Sertão, um mutirão de saúde em parceria com a Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana. A ação acontece na comunidade quilombola Fonseca, no horário das 9h às 17h, no Salão Comunitário da comunidade e deverá beneficiar 187 pessoas de 57 famílias.

De acordo com a diretora do Hemocentro de João Pessoa, Sandra Sobreira, serão dadas orientações nutricionais sobre deficiência de vitaminas que causa a cegueira noturna como também sobre doença falciforme. Ainda durante o mutirão será feita coleta de sangue para exame de eletroforese/anemia falciforme e um levantamento de demandas de saúde e doenças da comunidade.

“O nosso objetivo é rastrear e identificar as pessoas portadoras do Traço Falcêmico e/ou da doença falciforme, e poder fazer o controle e orientação, bem como identificar o percentual da comunidade que possui o traço e/ou doença, através do cadastro no hemocentro coordenador”, explicou Sandra Sobreira.

Sobre a doença - No País existem mais de 30 mil pessoas cadastradas com a doença nos hemocentros e hospitais de referência, segundo o Ministério da Saúde. Na Paraíba são mais de 300 pessoas com a Anemia Falciforme, segundo informações da Associação de Pessoas Portadoras de Anemia Hereditária – ASPPAH.

Os sintomas da doença são diversificados, como dores ósseas, dores na barriga, infecções repetidas, podendo levar à morte. Crianças e adultos podem apresentar palidez e ter o branco dos olhos amarelado, o que pode ser confundido com hepatite.

O reconhecimento da doença no recém-nascido é feito pelo teste do pezinho, na sua primeira semana de vida. Crianças maiores de quatro meses, jovens e adultos que não fizeram o teste do pezinho podem realizar o exame de sangue para o diagnóstico da doença.

Tratamento

Na Paraíba, os pacientes com anemia falciforme podem receber tratamento nos Hemocentros e também nos hospitais universitários Lauro Wanderley (em João Pessoa) e Alcides Carneiro (em Campina Grande). No Hemocentro, os pacientes passam por exames periódicos de hemograma, sorologia e eletroforese de hemoglobina pelo método Cromatografia Líquida de Alta Resolução (HPLC), além de receber medicação. O tratamento é realizado por uma equipe multiprofissional, formada por médico (hematologista), enfermeiro, assistente social, psicólogo, fisioterapeuta, nutricionista e odontólogo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 07 de maio de 2014.

A população pode obter mais detalhes sobre as doenças falciformes pelos telefones da Associação: 3225-4854/8897-1340/8850-1548/8809-4139 ou pelo e-mail: asppah@gmail.com e o endereço <http://asppah.wordpress.com/>.

Fonte: Governo da Paraíba



Rio dos Macacos: Em reunião conduzida por Deborah Duprat, MPF defende suspensão de processo contra quilombolas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.05.2014



Nova reunião mediada pelo MPF terminou sem acordo entre a comunidade e a União.

MPF BA

O Ministério Público Federal na Bahia (MPF/BA) intermediou, nesta terça-feira, 6 de maio, uma nova rodada da negociação entre a comunidade quilombola Rio dos Macacos, situada na Vila Naval da Barragem [sic], no município de Simões Filho/BA, e o Governo Federal. A reunião, marcada para que a comunidade se posicionasse em relação à última proposta do Governo, apresentada em março deste ano, terminou novamente sem acordo. O MPF defende a suspensão do processo judicial que tenta remover a comunidade da área da União, para que as negociações entre as partes tenha(m) seguimento sem a pressão sofrida pelos quilombolas.

Na reunião, conduzida pela subprocuradora-geral da República e coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (6ª CCR), Deborah Duprat, e pelo procurador Regional dos Direitos do Cidadão Leandro Nunes, a comunidade apresentou, pela primeira vez, uma contraproposta ao governo. A quilombola Olinda de Souza Oliveira e o advogado da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais, Maurício Correia, reivindicam a integração da comunidade, que não pode ser dividida, a preservação dos sítios sagrados, como os terreiros de Candomblé, maior quantidade de terras para o desenvolvimento da agricultura e o uso compartilhado da barragem de água existente no local, sob administração da Marinha.

CONT.



Em relação ao território ocupado pela comunidade, que alegam [sic] ser de aproximadamente 300 hectares, os representantes disseram estar dispostos a abrir mão de cerca de 22 hectares para a Marinha. Estes hectares estão localizados no entorno da vila militar e da barragem. Contudo, reforçaram a impossibilidade de se adequarem à proposta feita pelo Governo, que reduziria a área quilombola para 86 hectares.

Com a rejeição da proposta do Governo pela comunidade, o assessor da Secretaria Geral da Presidência da República, Silas Cardoso, apresentou o que chamou de “aperfeiçoamento da proposta apresentada em março deste ano”, com o aumento do território de 86 para 104 hectares. Sobre a contraproposta da comunidade, Cardoso afirmou que não existe a possibilidade de uso compartilhado da barragem, mas assegurou a construção de um açude para atender às necessidade da população local. O assessor afirmou, ainda, que “a proposta chega bem perto do limite do que pode ser oferecido pelo Governo”.

Para Deborah Duprat, a comunidade não tem condições de continuar negociando com a pressão de um processo judicial que já resultou em decisão para sua retirada do local, além de medida liminar, ambas favoráveis à Marinha. Em função do posicionamento adotado pelo MPF, o advogado Geral da União Bruno Cardoso, presente na audiência, se comprometeu a interpor recursos pedindo a suspensão do processo judicial travado entre a Marinha e a comunidade e contra a liminar assinada no final de março, que impede a reforma das casas da comunidade.

O chefe do gabinete do ministro da Defesa, Antônio Lessa, se comprometeu a levar a contraproposta da comunidade ao ministro e ao comando da Marinha, na tentativa de prosseguir com as negociações. Para Deborah Duprat “fica o desafio para o governo rever algumas situações como a ausência de rios na área cedida para a comunidade, bem como a possibilidade de uso compartilhado da barragem pelos quilombolas”. Já o procurador Leandro Nunes afirmou que “agora há medidas concretas que podem ser tomadas, a exemplo do pedido de suspensão do processo judicial”.

Reunião – Além dos já citados, estavam presentes na reunião o procurador Regional da República Walter Claudius (6ª CCR); a representante da comunidade Rosimeire dos Santos Silva; o secretário estadual de Promoção da Igualdade Racial, Ataíde Lima; a representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Gilvânia Silva; o presidente da Fundação Cultural Palmares, José Hilton Santos Almeida; o chefe da Defensoria Pública da União no Estado da Bahia, Átila Ribeiro Dias; a representante da secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Maria do Socorro Guterres; o chefe de gabinete do comandante da Marinha, Vice Almirante Celso Luiz Nazareth; além de outras autoridades e diversos moradores da comunidade.

Histórico – Existente há mais de 200 anos, a comunidade quilombola Rio dos Macacos enfrenta um conflito com a Marinha do Brasil há cerca de 42 anos, quando o local onde a comunidade está instalada [sic] foi escolhido para a construção da Base Naval de Aratu. Desde então, os integrantes da comunidade, que hoje conta com mais de 300 pessoas, alegam [sic] ser alvo(s) de ações violentas, praticadas por oficiais da Marinha, na intenção de expulsar cerca de 46 famílias residentes no local.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 07 de maio de 2014.

O conflito ganhou ainda mais força após a decisão da Justiça Federal na Bahia, que determinou a desocupação [sic] de área situada na Vila Naval da Barragem pela comunidade quilombola. Em maio de 2013 o MPF ajuizou recurso contra decisão perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

Em 2011, o MPF já havia proposto ação civil pública pedindo que a Justiça determinasse a permanência da comunidade no local, mas os pedidos não foram acatados. Em junho de 2012 o órgão expediu uma recomendação ao Comando do 2º Distrito Naval da Marinha do Brasil, visando a coibição de prática de atos de constrangimento físico e moral contra os quilombolas. Em outubro de 2013, o MPF realizou audiência pública, onde foi apresentada proposta do Governo para reassentamento da comunidade, e emitiu recomendação para a publicação do RTID pelo Incra.

A expectativa é de que o caso tenha desfecho com um acordo celebrado entre a comunidade e o Governo Federal, sem a retirada da comunidade tradicional da área em que vivem há mais de dois séculos.

Assessoria de Comunicação
Ministério Público Federal na Bahia



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 07 de maio de 2014.

Campanha Tamuaté-Aki – Luiz Henrique Eloy: Quais são os direitos dos índios?
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.05.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=xstzRNegKm0

Uma Gota No Oceano

A Campanha Tamuaté-Aki reúne pessoas e organizações com o objetivo comum de apoiar os povos indígenas no Brasil na defesa de seus direitos. Os mais de 305 povos indígenas brasileiros caracterizam um patrimônio da diversidade sociocultural do Brasil que se reflete nos seus conhecimentos e modos de vida, em 274 línguas e uma imensa variedade de expressões artísticas e rituais. A demarcação dos territórios indígenas, hoje paralisada, é condição básica de sobrevivência para esses povos.



Advocacia-Geral assegura saída de não índios da Terra Indígena Apyterewa no Pará
SÍTIO ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, 06.05.2014

A Advocacia-Geral da União (AGU) assegurou, na Justiça, a retirada de 27 não índios que ocupavam indevidamente áreas da comunidade indígena Apyterewa localizada no município de São Felix do Xingu/PA. Os procuradores comprovaram a legalidade de todos os procedimentos realizados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para a desocupação do local.

Os não-índios tentaram impedir a desocupação alegando que a Funai deveria permitir aos moradores do local o acesso aos autos do processo administrativo que avaliou as benfeitorias para que pudessem contestar os valores de indenizações. Argumentaram que a autarquia inviabilizou acesso às planilhas de cálculo e questionaram os valores ofertados.

A Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região (PRF1) e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação (PFE/Funai) explicaram que a comunidade indígena detém a posse em caráter permanente das terras localizadas no município de São Felix/PA e isso exclui qualquer ocupação de terceiros da área.

As unidades da AGU também informaram que os moradores do local receberam cópias dos laudos de avaliação individual das melhorias existentes e do cálculo dos valores das indenizações para os ocupantes de boa-fé, o que seria suficiente para contestação dos valores fixados para as benfeitorias a serem indenizadas.

De acordo com os procuradores, a Funai realizou levantamento fundiário e relacionou as ocupações na região da Terra Indígena Apyterewa, seguindo a metodologia aconselhada pela Instrução Técnica nº 34/2000, que trata das normas de levantamento e avaliação de benfeitorias em terras indígenas. O método determina que a análise seja feita com pesquisa de mercado dos custos dos diferentes dos itens necessários para reeditar a benfeitoria, como material, mão de obra, dentre outros. Dessa forma é obtido um preço médio para cada componente a ser avaliado.

A 7ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal reconheceu os argumentos da AGU e ressaltou que "não convence a dedução das impetrantes de que os laudos administrativos que atribuem valores às benfeitorias não individualizaram os bens".

A PRF1 e a PFE/Funai são unidades da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU.

Ref.: Mandado de Segurança nº 53625-46.2012.4.01.3400 - 7ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Rafaella Meirelles/Uyara Kamayurá



Pronatec disponibiliza mais de 300 vagas para índios do MA

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.05.2014

Os cursos serão definidos em reunião com os indígenas e ofertados nos campi do IFMA.

Imirante Imperatriz, com informações do MDA

Comunidades indígenas do Maranhão receberão cursos do Pronatec Campo no segundo semestre de 2014. No primeiro momento, a ação visa beneficiar os povos indígenas: Gavião, Cricati, Canela – Apaniekra e Ramkokamekra –, Guajajaras e Krenyê.

Os cursos terão como referência a metodologia de alternância e a realidade socioambiental e econômica das comunidades. Serão mais de 300 vagas ofertadas nos campi do Instituto Federal do Maranhão (IFMA).

A iniciativa é do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e IFMA, em parceria com a Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima) e a Associação dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins.

“Essa parceria no Maranhão é pioneira. A gente espera multiplicar essa experiência com a Funai para todo território nacional e também na perspectiva de inclusão dos demais povos e comunidades tradicionais”, destacou o secretário Nacional de Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini.

Segundo o IFMA, a ideia é atender as necessidades das comunidades indígenas, visando desenvolver profissionalmente as suas especificidades por meio de capacitações que possibilitem a inserção no mundo do trabalho ou que tornem a comunidade autossustentável. Os cursos serão definidos em reunião com as lideranças indígenas.

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.

Lugar de índio é na UFMG

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.05.2014



Com ações de formação, UFMG busca ampliar presença dessa população em seu cotidiano acadêmico

Ana Rita Araújo

Cerca de 140 estudantes de 21 aldeias, de quatro estados brasileiros, cursam licenciatura em Formação Intercultural de Educadores Indígenas (Fiei). Além deles, desde 2010 a UFMG recebe a cada ano 12 novos alunos indígenas, em vagas suplementares, nos cursos de graduação em Medicina, Enfermagem, Odontologia, Ciências Agrárias, Ciências Sociais e Ciências Biológicas. Os dois programas foram pensados no contexto das ações afirmativas, que abrangem políticas voltadas para grupos da população antes sem acesso à universidade pública. "Acolher os estudantes indígenas é condição intrínseca do fazer universitário. É um compromisso da UFMG com Minas Gerais e com o Brasil", afirma o reitor Jaime Ramírez.

Na opinião do professor Ruben Caixeta, do Departamento de Antropologia e Arqueologia, além de trazer para a UFMG outras formas de manifestação da experiência humana, a presença desses povos é uma forma de reparo pelo muito que perderam historicamente. "É também uma contribuição, pequena, mas significativa, da Universidade para a visibilidade das lutas políticas que enfrentam", completa. No contexto das atividades tradicionalmente promovidas em aldeias e outros ambientes no mês de abril – no qual se comemora o Dia do Índio (19) –, estudantes indígenas da UFMG e a Comissão de Acompanhamento dos Estudantes Indígenas

CONT.



(Caei) realizaram na semana passada eventos nos campi Saúde e Pampulha. De acordo com Jaime Ramírez, o momento é adequado para que a Universidade reflita sobre o que já realiza e o quanto ainda pode fazer para acolher esse grupo social. “Estamos abrindo espaço de diálogo. Vamos ouvir, conversar, estudar as demandas, para viabilizar formas de atendê-las na Instituição”, afirma o reitor.

Desempenho

Ao final dos primeiros quatro anos, recente balanço das atividades do programa que garante vagas suplementares em seis cursos de graduação na UFMG revelou que o desempenho dos estudantes indígenas é semelhante e às vezes superior ao dos outros alunos. “Embora necessite de ajustes, a iniciativa é um sucesso. O que temos agora são desafios naturais do processo”, afirma a professora Lívia de Souza Pancrácio de Errico, do Departamento de Enfermagem Materno-infantil e Saúde Pública da Escola de Enfermagem e coordenadora da Caei. Entre tais desafios está o de ampliar a integração dos cursos com as comunidades indígenas.

Ex-coordenador da Comissão, o professor Paulo Maia, da Faculdade de Educação, comenta que os estudantes indígenas muitas vezes chegam com déficits em relação ao currículo e vivenciam dificuldades por causa das diferenças culturais, mas “logo encontram seu caminho no curso e apresentam muito bom desempenho”. Muitos deles, comenta Maia, envolvem-se em projetos de iniciação científica, produzem artigos científicos e participam de congressos em suas futuras áreas de atuação. Paulo Maia afirma ainda que a presença dos alunos indígenas torna as estruturas universitárias mais inclusivas; amplia horizontes, ao revelar o quão complexa é a sociedade brasileira; e suscita reflexões sobre o modo como os saberes tradicionais foram historicamente desvalorizados pelo conhecimento científico.

O Programa de Acesso e Permanência de Estudantes Indígenas na UFMG e a Comissão de Acompanhamento dos Estudantes Indígenas têm tido importante papel para que esses alunos alcancem o desempenho esperado, lembra a professora Lívia Errico. Outra iniciativa fundamental, segundo a coordenadora da Caei, foi a instituição de tutores – um em cada curso – que acompanham os alunos e os auxiliam quando necessário.

Para abrir o mundo

Atentas às necessidades específicas desse grupo de alunos, as comunidades e lideranças indígenas têm reivindicado a garantia de processo seletivo com formato específico, que inclua a possibilidade de fazer as provas do vestibular na língua de cada etnia. Outras demandas são moradia estudantil exclusiva, com formato que possibilite a realização de atividades próprias desse grupo, e criação de conselho consultivo indígena que auxilie a Administração da Universidade na elaboração de políticas específicas.

Pesquisadora que já em 2003 buscava revelar para a sociedade – por meio de traduções dos repertórios de cantos – o mundo dos Tikmu’un (mais conhecidos como Maxakali), a professora Rosângela Tugny, da Escola de Música da UFMG, apoia as lutas das comunidades indígenas e avalia que o momento atual é “crucial e terrível para os povos indígenas”. Segundo ela,

CONT.



enquanto o governo brasileiro acena com políticas públicas como escola e sistema de saúde diferenciados, não há suficiente entendimento para um trabalho condizente com as especificidades em tais áreas. "O modelo atual de desenvolvimento obstrui os processos de demarcação de terras para esses povos", acrescenta, lembrando que "não há saúde nem cultura indígena sem um território saudável e diferenciado".

Tugny lançou em 2013 Cantos tikmu'un: para abrir o mundo, livro para educação de escolas regulares do ensino fundamental e médio, que busca uma aproximação do pensamento e da sensibilidade dos povos Tikmu'un, por meio de seus cantos e de sua musicalidade. Segundo o professor Ruben Caixeta, a tradução de repertórios dos Maxakali foi precedida pelo Encontro Internacional de Etnomusicologia que ele e a professora Rosângela realizaram em 2000, e que redundou no livro Músicas africanas indígenas em 500 anos de Brasil.

Licenciatura

Iniciativa que abriga maior número de estudantes indígenas na UFMG, o curso Formação Intercultural de Educadores Indígenas (Fiei) é destinado à preparação de professores para atuar nas escolas das aldeias. Os alunos são oriundos de seis etnias – Xakriabá, Pataxó, Guarani, Tupiniquim, Araná e Pankararú – com alcance em quatro estados da federação (MG, BA, RJ, ES) envolvendo estudantes de 82 escolas indígenas, distribuídas em 21 aldeias.

Sediado na Faculdade de Educação, o curso possui 140 vagas distribuídas em quatro habilitações – Ciências Sociais e Humanidades; Matemática; Ciências da Vida e da Natureza; e Línguas, Artes e Literaturas, com entrada anual alternada, sendo 35 vagas por habilitação. Em agosto de 2013, a primeira turma concluiu sua formação. Em setembro de 2014, a segunda terminará a habilitação em Matemática.

Dados levantados pelo colegiado do curso sobre ocupação de vagas e tempo de integralização "apontam o sucesso de sua implantação, com taxa de ocupação de 90%", informa a professora Shirley de Miranda, da Faculdade de Educação e coordenadora do programa Formação Intercultural de Educadores Indígenas da UFMG. Entre as etnias presentes no curso, a Xakriabá possui o maior número de estudantes, ocupando 56,3% das vagas, seguida dos Pataxó com 38,1%. Entre os Pataxó, cerca de 90% vivem no sul da Bahia. "Apesar da distância e das dificuldades que tais estudantes enfrentam para se candidatarem à vaga, quando conseguem se inscrever, fazer a prova do vestibular e ser aprovados, eles se mantêm no curso", pondera Shirley.

O professor Ruben Caixeta destaca o pioneirismo da UFMG ao criar, em 2006, o Programa das Licenciaturas Indígenas (Prolind), projeto-piloto que se iniciou na Faculdade de Educação e deu origem ao atual Fiei. "Quando cheguei à UFMG, em 1999, a professora Ana Lúcia Gazzola [então vice-reitora] já havia criado comissão para pensar a permanência de alunos indígenas", relembra. Ele cita também a importância do trabalho de professoras como Maria Inês de Almeida, da Faculdade de Letras, e Ana Gomes, da Faculdade de Educação, com ações concretas que ajudaram a abrir as portas da Universidade para as populações indígenas.

Enviada por Pablo Matos Camargo para a lista CEDEFES.



PE – Comissão de Pescadores tradicionais e entidades vão à Brasília cobrar a criação da RESEX Sirinhaém

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.05.2014

Acontece nesta quarta-feira, dia 07/05, às 14h em Brasília, audiência com o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Roberto Vizontin, para tratar sobre a morosidade da criação da Reserva Extrativista nas Ilhas de Sirinhaém, localizada no litoral sul de Pernambuco. Para pressionar o órgão, estarão presentes na reunião, uma comissão formada por representantes de Associação de pescadores do litoral sul de PE, a Comissão Pastoral da Terra, CPP, Frades Franciscanos, além da OXFAM Brasil, organizações da Via Campesina e membros da Comissão de Justiça e Paz. A audiência foi agendada e organizada através do Gabinete do Deputado Federal Pedro Eugênio (PT).

Todas as etapas, estudos e procedimentos necessários para a criação da Reserva Extrativista nas Ilhas de Sirinhaém foram iniciados em 2006 e rigorosamente cumpridos e concluídos pelo ICMBio em 2009. No entanto, de lá até hoje, o processo de criação da Resex Sirinhaém encontra-se completamente paralisado aguardando apenas o decreto de criação. O motivo da morosidade na criação da Reserva é declaradamente um entrave político entre o órgão federal, responsável pela criação das reservas extrativistas no Brasil – o Icmbio – e o Governo do Estado de Pernambuco, que não admite a criação da Resex por possuir interesses particulares para o local.

A demora para criar a Rerva Extrativista em Sirinhaém está sendo investigada pelo Ministério Público Federal, que instaurou um Inquérito Cível Público sobre o caso. Ainda no mês de março, o ICMBio, através de nota oficial enviada ao MPF, informou que para dar prosseguimento à tramitação “o órgão aguarda manifestação formal do Governo do Estado com relação à proposta”. Segundo Élvio Polito, da Secretaria de meio ambiente e sustentabilidade do estado esclareceu que quando os estudos estavam sendo concluídos pelo ICMBio, o Governo Estadual encaminhou ofício ao Ministério de Meio ambiente manifestando discordância na processo de criação de Resex Federal. No entanto, a Secretaria de Meio ambiente reconheceu que não há nada a ser feito legalmente pelo estado que possa interferir nos processos instaurados na esfera Federal. A área em questão são Terras da União, mas estão aforadas à Usina trapiche.

Enquanto o processo de criação da Resex não se concretiza, permanecem as situações de violência contra os pescadores e pescadoras da região protagonizadas pela Usina Trapiche, em um conflito que se estende por mais de 25 anos. Registros de ameaças proferidas por seguranças armados da Usina, destruição de pertences e queima de barracas de pesca, ameaças de mortes, expulsões e destruição de lavouras são alguns dos exemplos. Além da violência e de impedir que os pescadores tenham acesso ao mangue de onde tiram seu sustento, também há os diversos casos de crimes ambientais. Nos próprios diagnósticos e laudos ambientais elaborados pelo ICMBio e IBAMA ficaram registrados os impactos e a degradação do estuário e do mangue de Sirinhaém, decorrente da ação conjunta de vários fatores ligados ao modelo econômico da região, em particular, pela ação de degradação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 07 de maio de 2014.

ambiental causada pela Usina Trapiche. O mesmo laudo considerou urgente e necessária a criação da Resex para garantir o modo de vida da população local que vive da pesca artesanal, bem como a preservação do meio ambiente.

Serviço:

O que: Audiência com o ICMBio – Criação da Resex de Sirinhaém

Quando: Quarta-feira, 07 de maio de 2014, às 14h

Onde: Sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em Brasília

Outras informações:

Comissão Pastoral da Terra – Regional NE 2

Renata Albuquerque – (81) 9663.2716



As comunidades quilombolas e o esvaziamento da vida pública

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.05.2014

Mayron Régis, Territórios Livres do Baixo Parnaíba

A Aconeruq (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) contratou o Centro de Formação para a Cidadania Akoni para elaborar um diagnóstico que enxergasse a situação socioeconômica de 8 comunidades quilombolas do interior do estado do Maranhão. As comunidades quilombolas se encontram por quase todo o Maranhão, principalmente, no norte e no centro-leste maranhenses.

Essas regiões, por muito tempo, assumiram papel de destaque no cenário político-econômico do Maranhão ao comportarem fazendas de cana, de arroz e de gado. A balança comercial maranhense se compunha de um lado de importações de negros e produtos manufaturados e pelo outro de exportações de bens primários. De todo modo, a produção maranhense não marcou o plano nacional porque outros estados mais próximos dos grandes centros sulistas e da Europa escoavam seus produtos com mais facilidade.

O momento em que a economia de monocultura e escravagista do Maranhão superou outras economias regionais foi por conta da guerra da secessão dos Estados Unidos. Os nortistas impediam os sulistas de exportar o algodão para Europa. Então, o Maranhão substituiu por algum tempo o sul dos Estados Unidos. O algodão do Maranhão supriu as necessidades de países como a Inglaterra pelo tempo que durou a guerra da Secessão, pois, logo após o término, os ingleses voltaram a importar dos Estados Unidos.

A economia do Maranhão, na década de sessenta do século dezenove, voltou-se bruscamente para o algodão em vista da demanda europeia, mas o que ocorreu com essa economia algodoeira depois que os pedidos cessaram? O que fazer com uma sociedade fincada no escravagismo e na monocultura do algodão, por pouco tempo, é verdade, mas tempo suficiente para que se relembre sempre desse boom econômico fugaz? Essas questões aqui postas não esvaneceram por conta da passagem do tempo e da mudança nas elites maranhenses.

A economia e a política no Maranhão se trajam com o vazio do discurso e com o vazio da prática. A derrocada da economia algodoeira levou a vida pública no Maranhão ao vazio ou foi a derrocada da vida pública no Maranhão que levou a economia algodoeira ao vazio?

As comunidades quilombolas, que testemunharam a derrocada da economia algodoeira e sobreviveram a ela, foram engolidas pelo vazio da vida pública e pelo vazio da economia no século XX. O Akoni entrevistou produtores de 17 comunidades quilombolas do Vale do Itapecuru, dos Lençóis maranhenses, da região do Munim, da região dos Cocais e do Baixo Parnaíba e captou bem o esvaziamento da vida pública na qual as elites enrolaram as comunidades quilombolas. A totalidade das associações se mantém em dia com relação as questões administrativas do dia-a-dia como CNPJ regularizado, por exemplo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 07 de maio de 2014.

Contudo, as associações emperram no acesso a programas e políticas do Estado pensadas para fomentar a produção da agricultura familiar, caso do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e do PNAE (Política Nacional de Alimentação Escolar), pois 67% dos entrevistados responderam que não acessaram nem um e nem outro.

O fato do PAA e do PNAE serem novidade explica, em parte, o baixo acesso. A outra parte da responsabilidade fica por conta das prefeituras que investem muito pouco em agricultura familiar e em assistência técnica. O desconsolo com que as prefeituras tratam as comunidades quilombolas não é nenhuma novidade. Os mais jovens sentem esse desconsolo com mais intensidade e buscam saídas nas novidades trazidas pelo consumo da tecnologia. A tecnologia é uma válvula de escape para os jovens, mas a tecnologia não modifica a realidade desses jovens e das comunidades.

Quase todos os entrevistados responderam que não agregam tecnologia nas suas produções de alimentos. Como reverter esse desconsolo? Coadunar a forma e o conteúdo das tecnologias com o conhecimento tradicional é um bom começo. A Aconeruq e o Instituto Marques de Vale Flor desenvolvem o projeto "Promoção de Tecnologias de Economia Solidária em áreas de Quilombos no Maranhão" que propõe esse diálogo.

O diagnóstico, que o Akoni sem incumbiu, é tanto uma ferramenta na construção desse diálogo como um alerta do esvaziamento da vida pública ou das políticas públicas.

A equipe técnica do projeto apresentará o diagnóstico na Secretaria de Desenvolvimento Social às 14:00 do dia 8 de maio. A SEDES fica na rua do Giz, Centro de São Luis, próximo ao Reviver.

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



Indígenas do Apika'y têm de sair de área até amanhã

SÍTIO DOURADO NEWS, 06.05.2014

Thalyta Andrade

Uma decisão favorável por uma reintegração de posse, concedida pela Justiça Federal e que se arrastou na Justiça após vários recursos –que foram negados - deve ser cumprida até amanhã pela comunidade indígena Apika'y, que vive há 15 anos acampada às margens da BR-463, entre Dourados e Ponta Porã, em uma propriedade que atualmente pertenceria à uma usina da região.

A última determinação judicial saiu no fim do mês passado, quando os indígenas foram informados que teriam um prazo máximo de cinco dias para se retirarem do local. Este prazo, se encerra na quarta-feira, dia 8, quando a comunidade ficaria então submetida a ser retirada a força.

A informação é do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), que organiza uma mobilização com várias entidades em prol da comunidade guarani-kaiowá. Conforme estimativa do conselho, no acampamento estão pelo menos 50 pessoas. Até o fim desta quarta-feira, todos deverão ter saído da área, sob pena de poderem vir a ser retirados por meio de força policial já a partir de quinta-feira.

O conselho Aty Guassu, que representa as comunidades guarani-kaiowá, divulgou nota recentemente rechaçando a retirada do acampamento, e em apoio às famílias que vivem no local. Ainda de acordo com o Cimi, os indígenas já se manifestaram dizendo que não pretendem se retirar da área, que é alvo de estudos para demarcação que se arrastam há anos.

"Há um processo de identificação da área que deveria caminhar, mas o governo federal não avançou nisso. Então, no nosso entendimento, o que vier a acontecer com esta comunidade indígena é de responsabilidade do governo. Estamos mobilizando a sociedade, e informando órgãos e entidades nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos sobre o que está acontecendo", informou o coordenador regional do Cimi, Flávio Machado, em entrevista ao Dourados News.

Machado ressaltou que a comunidade ocupa uma pequena área que não atrapalha a produção da usina, e que já teria sido apontada pela Funai (Fundação Nacional do Índio) como sendo território guarani-kaiowá, em estudo que ainda não foi finalizado ou publicado em Diário Oficial.

Nesta terça, acontece uma reunião em Campo Grande para definir como as entidades que defendem a causa indígena irão agir para tentar impedir a retirada do acampamento, que seria feita pela Polícia Federal em cumprimento ao mandado de reintegração de posse.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 07 de maio de 2014.

“É uma situação que muito nos preocupa, haja vista o que aconteceu no ano passado em uma situação semelhante em Buriti, que terminou com a morte de um indígena. Queremos nos precaver com relação a uma possível truculência por parte da Polícia Federal no cumprimento deste mandado, já que há também o fato de que a comunidade não está disposta a sair”, finalizou o coordenador do Cimi.

Como publicado em dezembro do ano passado no Dourados News, o ‘problema’ envolvendo a comunidade Apika’y foi uma das seis causas escolhidas pela Anistia Internacional para participar da chamada ‘maratona de cartas’, que foram enviadas para o Ministro da Justiça para que o governo se posicione sobre o assunto.

A campanha teve o intuito de pedir que as denúncias de ameaças contra os guarani-kaiowá sejam investigadas de forma minuciosa e que o governo garanta proteção à comunidade Apika’y, além da solicitação para que a Funai cumprisse o acordo feito em 2007 e completasse a demarcação das terras ancestrais dos indígenas.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 07 de maio de 2014.

Indígenas promovem manifestação em José Boiteux.

SÍTIO RÁDIO 107.9 FM, 06.05.2014

A polícia militar foi acionada no final da manhã desta terça-feira, para atender a uma manifestação, por parte de alguns indígenas. O fato ocorreu na localidade de Barra Dolmann, próximo a igreja da aldeia Palmeirinha em José Boiteux.

Vários indígenas bloquearam a passagem. De acordo com informações preliminares eles reivindicam uma manutenção na estrada, que liga os municípios de José Boiteux a Vitor Meireles. A manifestação é liderada pelo professor conhecido por Zeca Cuzum, que reúne em torno de 50 manifestantes.



Deputados pedem que postura de lideranças indígenas do Rio Grande do Sul sejam investigadas

SÍTIO RURAL BR, 06.05.2014

Decisão foi tomada em reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária, nesta terça, dia 06

Deputados encaminharam à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal e ao Ministério da Justiça um pedido de investigação de um vídeo publicado na internet, que mostra um líder indígena prometendo ações, caso o ministro da Justiça não assine a portaria de demarcação da área em Faxinalzinho (RS), onde dois produtores rurais morreram no último mês.

A decisão foi tomada em uma reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária, que denuncia que lideranças indígenas do Rio Grande do Sul estão estimulando a violência em disputas pelas terras no Estado.

No vídeo de cinco minutos, a liderança kaingang identificada como Valério de Oliveira, da Aldeia Candoia, em Faxinalzinho (RS), afirma que "estradas serão bloqueadas e municípios fechados". Ele também avisa que a violência pode se repetir.

– Eu estive em Faxinalzinho (RS), na quinta (dia 01) e fui bloqueado por 50, 60 índios. Tive que me socorrer em um agricultor, que me deixou entrar na residência dele – relatou o deputado federal Jerônimo Goergen (PP-RS).

A comissão da PEC 215, que transfere do Executivo para o Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras no país, votou requerimentos. Entre os deputados, há diferentes opiniões sobre como o problema pode ser solucionado: através da proposta de emenda à constituição, a PEC 215, ou através da aprovação do projeto de lei 227 e da regulamentação do artigo 231 da Constituição Federal, que tratam do assunto.

– A PEC 215 não trará o resultado que se espera. Nós estamos com o foco errado. Nós tínhamos que estar focando na regulamentação da Constituição Federal. Se nós insistirmos com a tese da PEC 215, nós vamos seguir o enfrentamento com o governo e com indígenas e deixar de resolver o problema que, no meu ponto de vista, seria o artigo 231. O que nós temos que ter é a solução do problema como um todo – disse Goergen.

Já o deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da comissão da PEC 215 é a favor da votação da proposta.

– Dá uma força maior elevar à condição de norma constitucional. Se nós aprovarmos a PEC, ela é promulgada pelo Congresso Nacional, não depende do Executivo. Vamos procurar construir – reforçou Serraglio.

>> Assista o vídeo clicando aqui (<https://www.youtube.com/watch?v=t1PWB0mGBLw>).

Faxinalzinho volta a paralisar aulas temendo novas mobilizações indígenas
SÍTIO RS CIDADES, 06.05.2014

Menos de 20% dos alunos compareceram às aulas nesta manhã



Após menos de três horas de retomada das atividades escolares, a Prefeitura de Faxinalzinho, no Norte do Estado, decidiu paralisar novamente as aulas em virtude de serem informações de que os índios da região devem realizar nova mobilização a partir desta segunda-feira e bloquear estradas. Segundo o secretário de Educação do município, Fracimar de Andrade, caso se confirmem o protestos, os alunos do interior da cidade não conseguiriam regressar para suas casas. As atividades foram retomadas às 7h45min e paralisadas por volta das 10h30min, mas menos de 20% dos alunos compareceram às aulas.

Os índios da região cobram a demarcação de suas terras por parte do governo federal, alegando lentidão no processo e falta de comprometimento do governo federal, nas vezes do ministro da Justiça, Eduardo Cardozo. Dois agricultores foram assassinados na semana passada após furarem um bloqueio imposto por índios durante manifestação. Os indígenas são os principais suspeitos do crime.

Foto: Francimar de Andrade / Divulgação / CP
Fonte: Gabriel Jacobsen / Rádio Guaíba

Exposição mostra cotidiano de tribo indígena

SÍTIO CBN/RECIFE, 06.05.2014

O fotógrafo paraense Rogério Assis monta exposição a partir do dia 8 de maio no Capibaribe Centro de Imagem, na Rua da Aurora, centro do Recife.



O fotógrafo paraense Rogério Assis monta exposição a partir do dia 8 de maio no Capibaribe Centro de Imagem, na Rua da Aurora, centro do Recife. Ele traz imagens da tribo indígena Zoé, isolada na Amazônia. Os registros foram em dois momentos, com vinte anos de diferença entre eles, sendo o último em 2009. Ele foi o responsável pelo primeiro registro oficial da etnia. Os retratos mostram o cotidiano dos moradores da região e vão ficar expostos até o dia dois de junho.

Serviço

Exposição Zo'é

Capibaribe Centro da Imagem - Rua da Aurora, 533 - Boa Vista

Lançamento: 8 de maio, às 19h30

Em cartaz até 2 de junho

Mais informações: (81) 3032-2500



Inkra reconhece comunidade quilombola em Pernambuco

SÍTIO PORTAL BRASIL, 06.05.2014

Território remanescentes de quilombos irá beneficiar 85 famílias cadastradas nos municípios de Salgueiro e Cabrobó

O Incra reconheceu áreas da Comunidade Quilombola Santana III, no Sertão pernambucano, como territórios remanescentes de quilombo. A comunidade, com 2.080 hectares, localiza-se nos municípios de Salgueiro e Cabrobó. O reconhecimento beneficia 85 famílias cadastradas, em um total de 304 pessoas.

A publicação da portaria, na última semana, encerra a fase de análise e julgamento de contestações acerca de estudos antropológicos, agrônômicos e cartográficos feitos pelo Incra no Médio São Francisco (Incra/MSF), que identificaram a existência das 85 famílias remanescentes de quilombos residentes no território. Devido à construção do Canal da Transposição, a área foi dividida em duas: a primeira com 1.334 hectares e a segunda com 746,31 hectares.

Isso significa que a existência dos territórios não pode mais ser contestada na autarquia. Os estudos acerca de cada um deles estão reunidos nos chamados Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), publicados no DOU e no Diário Oficial do Estado (DOE) entre dezembro de 2008 e dezembro de 2010, quando foram abertos os prazos para eventuais contestações.

Entre as etapas seguintes está a ação de regularização fundiária objetivando conceder às comunidades quilombolas o título de propriedade coletivo de suas terras, em nome de uma associação comunitária local. No caso de cada território, onde estão previstos atos de desintração - que consiste na retirada de ocupantes não quilombolas -, a ação só poderá ter início após a publicação de decreto presidencial declarando toda a área do território quilombola como de interesse social, com base na Lei 4.132/1962.

Somente após a realização de todas as providências indicadas pela legislação, incluindo a consulta a órgãos públicos, será feita a demarcação e titulação do território quilombola, com a outorga do título coletivo e pró-indiviso, em nome da associação comunitária. Os títulos das terras serão inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis.

História

A comunidade de Santana III se originou a partir de fluxos migratórios de trabalhos semi-escravos e do Arraial de Canudos, ainda no século XIX. A história do quilombo está ligada a três famílias: Rocha, Luciano e Mariano - considerados pela própria comunidade como os primeiros moradores do lugar. Segundo os documentos, durante todo o século XX eles teriam estabelecido relações sociais, econômicas e matrimoniais que garantiram as terras às famílias.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 07 de maio de 2014.

Atualmente, o Incra/MSF possui 30 processos de reconhecimento e identificação de territórios quilombolas em andamento. O processo referente ao território de Conceição das Crioulas é o mais adiantado, já em fase de desintrusão e titulação de áreas obtidas judicialmente para a comunidade.

Fonte:
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



Hemocentro realiza ação de saúde para identificar portadores de doença falciformes em quilombolas em Manaíra

SÍTIO VALE DO PIANCÓ NOTÍCIAS, 06.05.2014

A ação acontece na comunidade quilombola Fonseca, no horário das 9h às 17h, no Salão Comunitário da comunidade e deverá beneficiar 187 pessoas de 57 famílias.
Aumentar Fonte Diminuir Fonte

Autor: Redação do Portal

O Hemocentro de João Pessoa realiza nesta quarta-feira (7), na cidade de Manaíra, no Sertão, um mutirão de saúde em parceria com a Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana. A ação acontece na comunidade quilombola Fonseca, no horário das 9h às 17h, no Salão Comunitário da comunidade e deverá beneficiar 187 pessoas de 57 famílias.

De acordo com a diretora do Hemocentro de João Pessoa, Sandra Sobreira, serão dadas orientações nutricionais sobre deficiência de vitaminas que causa a cegueira noturna como também sobre doença falciforme. Ainda durante o mutirão será feita coleta de sangue para exame de eletroforese/anemia falciforme e um levantamento de demandas de saúde e doenças da comunidade.

“O nosso objetivo é rastrear e identificar as pessoas portadoras do Traço Falcêmico e/ou da doença falciforme, e poder fazer o controle e orientação, bem como identificar o percentual da comunidade que possui o traço e/ou doença, através do cadastro no hemocentro coordenador”, explicou Sandra Sobreira.

Sobre a doença - No País existem mais de 30 mil pessoas cadastradas com a doença nos hemocentros e hospitais de referência, segundo o Ministério da Saúde. Na Paraíba são mais de 300 pessoas com a Anemia Falciforme, segundo informações da Associação de Pessoas Portadoras de Anemia Hereditária – ASPPAH.

Os sintomas da doença são diversificados, como dores ósseas, dores na barriga, infecções repetidas, podendo levar à morte. Crianças e adultos podem apresentar palidez e ter o branco dos olhos amarelado, o que pode ser confundido com hepatite.

O reconhecimento da doença no recém-nascido é feito pelo teste do pezinho, na sua primeira semana de vida. Crianças maiores de quatro meses, jovens e adultos que não fizeram o teste do pezinho podem realizar o exame de sangue para o diagnóstico da doença.

Tratamento – Na Paraíba, os pacientes com anemia falciforme podem receber tratamento nos Hemocentros e também nos hospitais universitários Lauro Wanderley (em João Pessoa) e Alcides Carneiro (em Campina Grande). No Hemocentro, os pacientes passam por exames

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 07 de maio de 2014.

periódicos de hemograma, sorologia e eletroforese de hemoglobina pelo método Cromatografia Líquida de Alta Resolução (HPLC), além de receber medicação. O tratamento é realizado por uma equipe multiprofissional, formada por médico (hematologista), enfermeiro, assistente social, psicólogo, fisioterapeuta, nutricionista e odontólogo.

A população pode obter mais detalhes sobre as doenças falciformes pelos telefones da Associação: 3225-4854/8897-1340/8850-1548/8809-4139 ou pelo e-mail: asppah@gmail.com e o endereço [HTTP://asppah.wordpress.com](http://asppah.wordpress.com).

Fonte: Redação do portal Vale do Piancó Notícias com Secom-PB



Economia da floresta é tema de encontro entre extrativistas e empresários na Terra do Meio (PA)

SÍTIO ISA, 06.05.2014

Nesta semana, diretores das empresas Mercur e Natura, além de representantes do Sebrae, estão no meio da floresta discutindo novos contratos com extrativistas da Terra do Meio, região oeste do Pará.

A “Semana do Extrativismo da Terra do Meio” acontece de 5 a 7 de maio, na Reserva Extrativista (Resex) do Xingu, e está sendo promovida pelo ISA para divulgar a empresários e investidores o valor dos serviços socioambientais realizados por essas comunidades. Você pode acompanhar mais informações do resultado deste encontro no site do ISA.

Há seis anos, o ISA busca parceiros que acreditam que é possível melhorar a qualidade de vida e a renda das comunidades tradicionais que vivem nessa região a partir de contratos justos para a venda de produtos extrativistas. Uma aposta na promoção da diversidade de produtos não madeireiros, como a borracha, castanha, óleos e farinhas para consolidar uma economia baseada na vida na floresta.

A Mercur, por exemplo, utiliza em alguns de seus produtos a borracha natural coletada nessa região da Amazônia. O produto provém do látex, líquido que é extraído da Seringueira, uma árvore nativa da floresta amazônica. A extração do látex é feita de forma controlada e responsável pelos extrativistas das Reservas Riozinho do Anfrísio, Xingu e Iriri, na Terra do Meio.

O ISA acredita que aproximar as populações tradicionais de quem compra esses produtos ajuda a compreender as especificidades logísticas da Amazônia brasileira. Neste encontro, novos contratos serão firmados e as perspectivas futuras para a economia da floresta estarão em debate na Terra do Meio.

Representantes de órgãos de proteção e fiscalização das unidades de conservação da região também participam do evento, uma oportunidade de unir os povos da floresta, empresas, instituições, organizações na busca de maneiras sustentáveis do uso da floresta.

Sobre a Terra do Meio

A Terra do Meio é formada pelas Reservas Extrativistas (Resex) do Rio Iriri, do Riozinho do Anfrísio e Xingu, Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, Estação Ecológica (Esec) da Terra do Meio, Parque Nacional (Parna) da Serra do Pardo e as Terras Indígenas Cachoeira Seca, Xypaia, Curuaia, cobrindo uma área protegida de 8,48 milhões de hectares, conectados por uma malha de rios.



"Dom Tomás, Deus colocou no seu coração o amor pelos povos indígenas" (Gercília Krahô)

SÍTIO CIMI, 07.05.2014

A força do Espírito levou-lhe por caminhos pouco trilhados, espinhosos e tortuosos. Mas estes nunca o fizeram desistir de caminhar junto com o povo pobre e oprimido. Inspirado no Concílio Vaticano II, foi um incansável defensor das causas do Reino e fez germinar nas aldeias, na roça, no campo e na cidade as sementes de libertação e esperança.

Esse compromisso evangélico com os sem voz e sem vez, fez de você o grande defensor dos pequenos e oprimidos. Fez revelar uma Igreja solidária e samaritana, defensora e advogada dos pobres, como diz Aparecida.

É para agradecer ao Deus libertador pela sua vida e testemunho que nos unimos na cidade de Goiás: povos indígenas, camponeses, representantes de pastorais e movimentos sociais, estudantes e universitários, políticos, gente do campo e da cidade.

Estamos de luto pela perda de nosso grande profeta, mas continuaremos firmes na luta pelas causas do Reino, que você defendeu com uma fé inquebrantável.

"Seremos eternamente gratos porque sempre esteve conosco nas nossas lutas em defesa de nossos territórios. Você esteve conosco na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, nas nossas festas e nas nossas lutas". As palavras de Antônio Apinajé ecoaram com força na Catedral de Goiás no ritual de acolhida a Dom Tomás, reforçando a aliança que ele fez com a causa indígena.

A Igreja de Goiás foi testemunha da dor e gratidão do povo por Dom Tomás, homem simples e de profunda fé, que não se calou diante dos poderosos, nem teve medo do latifúndio e dos grandes defensores do agronegócio. Defendeu os pequenos e oprimidos como compromisso e missão evangélica.

Esse mesmo compromisso Gercília Krahô pediu para quem fica no lugar de Dom Tomás. "Ele gostava da gente, ele respeitava a gente, não só defendeu a nós, mas também defendeu aos camponeses, ribeirinhos, quilombolas e pescadores. Deus colocou no coração dele esse amor pelos povos indígenas, por isto, peço a quem fica no seu lugar que defenda também a nós e a nossa mãe terra".

Vendo e ouvindo esses testemunhos de fé, luta e esperança dos filhos da terra, dos pobres e explorados, de forma generosa e corajosa Dom Eugênio Rixen, bispo da Diocese de Goiás, comprometeu-se publicamente: "Eu me comprometo com você Gercília e com os povos indígenas para defender a causa indígena, defender os territórios indígenas das ameaças do agronegócio e a demarcação das terras indígenas". E lembrou: "Do mesmo modo que Monsenhor Romero, falou 'se me matam ressuscitarei na luta do meu povo', da mesma forma,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 07 de maio de 2014.

Dom Tomás, continuará vivo na luta do seu povo”.

A Páscoa de Dom Tomás, nos revelou com mais firmeza que ele foi e continuará sendo sinal de contradição para os poderosos e compaixão para os pobres e oprimidos, e que lutar não foi, nem será em vão.

Revelou-nos também que Dom Tomás quebrou todas as barreiras, todas as fronteiras e todos os protocolos para defender a vida e direitos dos prediletos de Deus. A fé na ressurreição nos faz acreditar que o compromisso evangélico e profético de Dom Tomás, renascerá nas muitas sementes plantadas por ele no coração e na vida do povo, e que não se pode sepultar a vida e a luta por justiça.

Cidade de Goiás, 05 de maio de 2014.



Após serem expulsos da BR-060, Indígenas recorrem a deputados

SÍTIO NOTICIDADE, 07.05.2014

Lideranças indígenas de Nioque, a 179 quilômetros de Campo Grande, se reuniram com a bancada de deputados estaduais, na Assembleia Legislativa, em Campo Grande, na tarde desta terça-feira (6), para pedir mais segurança na BR-060, onde dois índios morreram no mês passado. Representantes do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) também estiveram presentes no encontro.

De acordo com o representante indígena Sergio Marques, depois da morte dos indígenas, eles resolveram chamar a atenção das autoridades, por que o trecho da Serra de Maracaju é muito perigoso, devido à grande quantidade de curvas na região. Os indígenas pedem a duplicação da rodovia. "Essa rodovia foi mal projetada, então queremos a duplicação do trecho da Serra de Maracaju, para diminuir os acidentes na região", destacou.

O deputado estadual Pedro Kemp (PT) afirmou que, após a reunião, quatro ofícios serão encaminhados aos órgãos competentes, para resolverem o problema. O primeiro será enviado ao Governo Federal, pedindo agilidade na federalização da rodovia. O segundo para o Governo Estadual, que precisa fazer a prestação de contas dos recursos investidos na estrada. O terceiro para o Dnit, solicitando um projeto de duplicação da rodovia, que esteja incluído no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

O último será encaminhado à PRF (Polícia Rodoviária Federal), pedindo explicações do suposto abuso de autoridade durante um protesto com 50 indígenas, que fecharam a rodovia no trecho que passa pela Serra de Maracaju, entre Nioaque e Sidrolândia, no dia 30 de abril. A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa irá investigar a denúncia feita pelos indígenas.

Segundo o engenheiro do Dnit, Antonio Carlos Nogueira, o órgão por enquanto não pode realizar obras na rodovia, somente após a federalização. Ele conta que esse processo está "empatado" por que o Governo Estadual precisa primeiramente fazer a prestação de contas. "Para duplicarmos a rodovia precisaríamos de recursos de construção, e estes só podem ser liberados se a rodovia fosse federal", destacou.

Antonio informou que no momento o Dnit só pode investir recursos de manutenção, na BR-060. Ele falou que nesses recursos já está prevista a instalação de quatro radares para a região de Maracaju.

Na área da Serra de Maracaju estão localizadas quatro aldeias das etnias Terena e Atikun. E em Nioque vivem aproximadamente cerca de 2 mil índios.

Campo Grande News



Nota Reunião Ampliada RENAP (NE): Memória, perspectivas, desafios e homenagem a Dom Tomás Balduino

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.05.2014

Nos dias 01, 02 e 03 de maio de 2014 aconteceu a reunião ampliada da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares – Nordeste (Confederação do Equador) no Centro de Cultura Luiz Freire na cidade de Olinda (PE), com a presença de advogadas, advogados e estudantes de direito dos Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

Nesta reunião foram identificadas que 13 reuniões ampliadas e/ou encontros da RENAP (NE – Confé) que ocorreram nos últimos 13 anos, sete delas com apoio da Dignitatis – Assessoria Técnica Popular (2002, 2005, 2007, 2008, 2010, 2012 e 2014), duas através de eventos realizados pela Terra de Direitos em Recife e Camaragibe (2006 e 2007), duas pelo IPEJUC – RN em Natal (2006 e 2007), uma realizado pela RENAP CE em Fortaleza (2009), e uma pela RENAP RN (2011), demonstrando que mesmo com dificuldades (principalmente orçamentárias e conjunturais), a atuação na assessoria jurídica popular continua animando grupos, movimentos sociais, pessoas, academia e organizações de direitos humanos.

A reunião ampliada contou na abertura (noite 01 de maio) com uma Análise de Conjuntura sobre Direitos Humanos e Lutas Sociais no Brasil (Nordeste), realizada por Marcelo Santa Cruz (Advogado Popular e Vereador PT – Olinda – PE), Edgar Menezes (Advogado e Militante da SDH/MST – PE), Ana Lia Almeida (Professora da UFPB), Natália Sena (Advogada Popular – RN) e as provocações de Westei Conte (Promotor de Justiça PE) e de Ilana Moura (Professora da UFPE).

No dia 02 de maio o advogado popular da RENAP (CE) Rodrigo Medeiros animou o debate a partir da provocação “RENAP EM PERSPECTIVA” e do vídeo Coragem: 15 anos da RENAP. Durante essa manhã um diálogo aberto com as/os participantes alimentou as análises, desafios, memórias e afetividades enquanto elementos fundamentais para atuação e reflexão na advocacia popular. No período da tarde, foi realizada uma narrativa por Estados, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, cada Estado apontou as principais demandas, agendas e temáticas que estão em pauta no momento em suas atuações.

Na manhã seguinte (03 de maio) foi realizado um debate sobre temas que podem auxiliar na articulação, ação e reflexão para advocacia popular no Nordeste, a síntese que foi sendo sistematizada durante os dias anteriores apontou as seguintes diretrizes: 1) Manifestações; 2) Memória, Verdade e Combate à Tortura; 3) Direito à Moradia; 4) Sistema de Justiça; 5) Terra, Território e Meio Ambiente; e 6) Plebiscito Constituinte.

No turno final do dia 03 de maio, foi apresentado o estado da arte do XIX Encontro Nacional da RENAP para os dias 20 – 23 de novembro de 2014 em Natal (RN), o momento foi importante para discutir questões relacionadas aos apoios, metodologias, previsão de vagas e estrutura, assim como, construir uma matriz inicial da programação, foi consenso que prioritariamente os temas relacionados a Justiça, Memória e Verdade, Gênero e Conflitos Socioambientais são

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 07 de maio de 2014.

imprescindíveis, por fim, foi encaminhado e aprovado que o XIX Encontro Nacional da Rede Nacional de Advogadas e Advogadas Populares será dominado de XIX Encontro da RENAP : Dom Tomás Balduino.

Calou-se uma voz dos oprimidos (Pedro Tierra)
Calou-se a voz de Tomás Balduino,
nessa noite de 2 de maio.
Uma voz que nunca quiz ser sozinha,
sabia, desde os anos de chumbo:
uma voz solitária não suspende a manhã.
Quiz ser uma voz entre vozes,
ergueu sua voz dentro do vasto coro dos oprimidos:
os índios, os posseiros, os lavradores,
os retirantes da seca e da cerca
e os que se levantam contra elas,
as mulheres, os negros, os migrantes, os peregrinos
para forçar clarezas, para ensinar amanhecer.
Tomás é palavra.
A palavra que banha como bálsamo.
A palavra que fustiga.
Incendeia.
A palavra que perdoa
mas aponta – sempre – o caminho da Justiça.
E o que somos na vida?
Somos os ossos das palavras
que povoam o caminho de pedra ou flores
que sangram os pés dos nossos filhos.
Tomás é sertão.
O sertão e suas armadilhas.
O sertão e suas infinitas contradições.
Tomás é sertão
onde se dobram os ventos de Goiás e Minas,
onde nascem águas
nessa infinita geografia
que alimenta nossas esperanças.

Calou-se a voz de Tomás Balduino.
Permanecerá sua palavra.
Tomás é sertão:
gesto de fé nessa gente que não se dobra.
(Brasília, manhã de 3 de maio 2014, como um quadro de Goya.)



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 07 de maio de 2014.

Prêmio Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana – 2014

SÍTIO MUSEUS COMUNITÁRIOS, 07.05.2014



Prêmio Patrimônio Cultural dos
Povos e Comunidades de Matriz Africana

Estão abertas as inscrições para a primeira edição do Prêmio Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), destinado a iniciativas para o Patrimônio de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. O edital está disponível no site do IPHAN ([clique aqui](#)) e foi publicado nesta segunda-feira, dia 28 de abril, no Diário Oficial da União (DOU). O prazo de inscrição termina em julho de 2014.

O Prêmio Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana – 2014 tem como objeto o reconhecimento às ações de preservação, valorização e documentação do Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, já realizadas, e que em razão da sua originalidade, excepcionalidade ou caráter exemplar, mereçam divulgação e reconhecimento público.

Mais informações em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=8BF2FD7F7F97C656597BE5B078754893?retorno=detalheNoticia&sigla=Noticia&id=18423>



Curitiba convoca comunidades para Conferência Setorial para as Culturas Indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.05.2014

Neste final de semana ocorre a Conferência Setorial para as Culturas Indígenas, em Curitiba. A participação das comunidades indígenas, organizações sociais, entidades parceiras, movimentos sociais e originários, e a sociedade civil é de extrema importância para que em conjunto possamos debater e construir o texto básico e eleger os coordenadores dos fóruns e delegados para a etapa final na Conferência Municipal Extraordinária

ArpinSul – Com a participação das comunidades indígenas, além de legitimar todas as ações, levantar quais são as demandas para poder traçar um parâmetro de futuras atividades em conjunto ao município, é ressaltar o comprometimento do Estado junto aos povos originários.

Após a conclusão desta etapa, e com a aprovação na Câmara Municipal de Curitiba, o Conselho Municipal de Cultura fará os marcos regulatórios com a constituição dos fóruns setoriais e regionais. Desta forma poderá ser formulado o Plano Municipal de Cultura e o município de Curitiba aderir ao Sistema Nacional de Cultura.

Conferência Setorial para as Culturas Indígenas

Com início nesta sexta-feira (9) no Conservatório de MPB de Curitiba, das 19h às 21h, e no sábado (10), na Casa Hoffmann, das 9h às 11h30.

ASCOM ARPIN SUL – ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO SUL



PF faz operação para prender 9 por extração de madeira em terra indígena
SÍTIO G1, 07.05.2014

*Mandados de prisão devem ser cumpridos em Mato Grosso e Rondônia.
Quadrilha é acusada de extrair madeira ilegalmente de área em Aripuanã (MT).*

Pollyana Araújo Do G1 MT

Nove suspeitos de exploração ilegal de madeira na região de Aripuanã, a 976 km de Cuiabá, são alvos da Operação 'Kalupsis', deflagrada nesta quarta-feira (7) pela Polícia Federal. Segundo a PF, sete mandados de prisão deverão ser cumpridos em Mato Grosso e dois em Rondônia. Também devem ser cumpridos 67 mandados de busca e apreensão e 28 de condução coercitiva, quando a testemunha é levada até a Delegacia da PF para prestar esclarecimentos sobre o crime, nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

As prisões foram determinadas pela Justiça Federal de Juína. De acordo com a polícia, no mesmo instante em que os mandados são cumpridos em algumas madeiras, fiscais do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) fazem vistorias.

As investigações começaram em fevereiro do ano passado e durante os trabalhos foi identificada a extração ilegal de madeira em uma terra indígena localizada em Aripuanã. O crime estaria sendo acobertado pela transferência de créditos florestais fictícios e fraudulentos. A apuração foi feita pela Delegacia de Repressão aos Crimes Contra o Meio-Ambiente e teve a ajuda do Ibama.

De acordo com a PF, os acusados devem responder pelos crimes de exploração econômica de floresta nativa em terra de domínio da União; furto de essências florestais; inserção de informações falsas em base de dados oficial, além de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal.

O nome da operação vem do grego e significa acobertar, encobrir, obscurecer. 'Kalupsis' pode ser usada no sentido de simulação e fraude.



Mulher encontrada morta próximo a aldeia indígena em Guaíra permanece sem ser reconhecida no IML em Toledo

SÍTIO RÁDIO EDUCADORA/PR, 07.05.2014

Segundo informações do IML da cidade de Toledo , a mulher encontrada morta próximo a uma aldeia indígena em Guaíra permanece no Instituto Médico Legal sem ser reconhecida. Hoje pela manhã índios de várias aldeias foram até Toledo para tentar fazer o reconhecimento, mas afirmaram que não se trata de uma mulher índia.

A Polícia Militar de Guaíra foi acionada na manhã , do dia 29 de abril, para atender uma ocorrência na aldeia Taturí, no interior de Guaíra .

Na chegada ao local, o cacique José Carlos, informou que uma indígena havia sido encontrada morta nas proximidades da aldeia.

De acordo com os PMs , a mulher estava sem roupa e com sinais de perfuração de arma branca, possivelmente uma faca.

Segundo o cacique, a mulher pertencia a uma aldeia de Terra Roxa. Ela estava sem os documentos pessoais.

Investigadores da Polícia Civil também foram chamados e iniciaram as investigações.

O corpo da mulher foi levado até uma funerária de Guaíra e, posteriormente, encaminhado ao IML (Instituto Médico Legal) de Toledo, onde permanece sem identificação.

Após a informação, que cadáver encontrado , não pertence a nenhuma aldeia da região, a investigação da polícia civil passa a tomar outros rumos.

E pede-se a população de toda a região , caso alguma familiar esteja desaparecida, que entre em contato com a delegacia mais próxima.

(Arnaldo Santos)



Na Bahia comunidade é ameaçada de expulsão

SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 07.05.2014

No dia 30/04/14, na comunidade remanescente de quilombo D. João, localizada no município de São Francisco do Conde – BA, realizou-se uma reunião comunitária com órgãos do poder público estadual e federal para tratar dos direitos constitucionais da comunidade e da iminente ameaça de expulsão do seu território tradicional por fazendeiros e prepostos da prefeitura. Estiveram presentes representantes do INCRA, da Fundação Cultural Palmares e da Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia.

Na reunião, as lideranças comunitárias denunciaram que estão sofrendo ameaças de expulsão do seu território pesqueiro/quilombola em razão dos interesses dos fazendeiros locais que pretendem se apropriar da área para construir empreendimentos turísticos.

Denunciaram ainda que a prefeitura está se articulando com o fazendeiro Juninho Falcão e construindo “casas de pombos” numa área doada pelo mesmo, no bairro da Baixa Fria, a fim de forçar o deslocamento das famílias para esta área localizada a 4 km da comunidade tradicional. “Esta área fica muito longe para continuar praticando a pesca artesanal, onde vamos tirar o sustento para sobreviver?”. Afirma uma das lideranças.

Indignados/as, os/as moradores/as da comunidade quilombola composta por pescadores/as, extrativistas e membros da religião de matriz africana rejeitam o deslocamento em razão da importância do local para prática das suas atividades tradicionais. Ao recusar e resistir às inúmeras estratégias de cooptação e intimidação, a comunidade vem sendo desrespeitada nos seus direitos e sofrendo violências físicas e psicológicas.

Nos últimos anos, a prefeitura tem construído imagens pejorativas da comunidade com uma clara demonstração de desprezo, criminalização e negação da sua identidade pesqueira/quilombola. Nos processos de pressão impostos, especialmente, por integrantes das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Habitação foram construídos argumentos preconceituosos de que a comunidade tinha que sair do local porque promovia crimes ambientais (destruição de manguezais) e era ponto de prostituição, tráfico de drogas e marginalidade.

Não bastando o processo de estigmatização social e as ameaças de expulsão, geralmente a violência (derrubada de casas) ocorre em datas simbólicas para a comunidade. Há informação de que o secretário de habitação do município, Sr. Rui, está dizendo que quem não aceitar a casa no bairro da Baixa Fria vai ficar sem barraco, pois o trator irá passar por cima nas vésperas do dia das mães (09/05/2014). Além disso, as pessoas estão sendo coagidas a assinar documentos em que se recusam a participar do programa de habitação proposto pela prefeitura.

CONT.



A prefeita Rilza Valentim se nega em dialogar com a comunidade e também tem demonstrado desinteresse em escutar outros órgãos públicos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas junto à comunidade. A comunidade não está conseguindo acessar políticas públicas fundamentais (saneamento básico, habitação, educação e saúde). Acredita-se que isso ocorre por retaliação política à postura firme da comunidade na defesa do seu território.

Ao mesmo tempo, observa-se o crescimento da violência por parte de fazendeiros locais. Ano passado alguns pescadores foram surpreendidos em seus locais de trabalho por prepostos dos fazendeiros portando arma de fogo e os intimidando. O pescador Zé Guaiamum foi uma das vítimas quando o funcionário da fazenda Engenho d'água disparou dois tiros em sua direção e recolheu seus instrumentos de trabalho. O fato foi denunciado na delegacia e até o momento não houve apuração do caso.

Após a exposição destas denúncias, os órgãos públicos presentes se comprometeram a dialogar com a prefeita sobre os direitos constitucionais da comunidade e construir uma agenda de trabalho focado na resolução do conflito e na efetivação dos direitos. A Fundação Cultural Palmares disponibilizou sua procuradoria; o INCRA irá enviar ofício à prefeitura para informá-la sobre os procedimentos de identificação, demarcação e titulação do território quilombola e a SEPROMI irá agendar uma reunião com Superintendência do Patrimônio da União (SPU) para discutir políticas de regularização fundiária do território.

Fonte: Por Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais da Bahia (MPP/Bahia)



Reunião entre quilombolas e governo termina mais uma vez sem acordo

SÍTIO BOCÃO NEWS, 07.05.2014

O Ministério Público Federal na Bahia (MPF/BA) intermediou, nesta terça-feira (6), uma nova rodada da negociação entre a comunidade quilombola Rio dos Macacos, situada na Vila Naval da Barragem, no município de Simões Filho/BA, e o Governo Federal. A reunião, marcada para que a comunidade se posicionasse em relação a última proposta do Governo, apresentada em março deste ano, terminou novamente sem acordo. O MPF defende a suspensão do processo judicial que tenta remover a comunidade da área da União, para que as negociações entre as partes tenha seguimento sem a pressão sofrida pelos quilombolas.

Na reunião, conduzida pela subprocuradora-geral da República e coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (6ª CCR), Deborah Duprat, e pelo procurador Regional dos Direitos do Cidadão Leandro Nunes, a comunidade apresentou, pela primeira vez, uma contraproposta ao governo. A quilombola Olinda de Souza Oliveira e o advogado da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais, Maurício Correia, reivindicam a integração da comunidade, que não pode ser dividida, a preservação dos sítios sagrados, como os terreiros de Candomblé, maior quantidade de terras para o desenvolvimento da agricultura e o uso compartilhado da barragem de água existente no local, sob administração da Marinha.

Em relação ao território ocupado pela comunidade, que alegam ser de aproximadamente 300 hectares, os representantes disseram estar dispostos a abrir mão de cerca de 22 hectares para a Marinha. Estes hectares estão localizados no entorno da vila militar e da barragem. Contudo, reforçaram a impossibilidade de se adequarem à proposta feita pelo Governo, que reduziria a área quilombola para 86 hectares.

Com a rejeição da proposta do Governo pela comunidade, o assessor da Secretaria Geral da Presidência da República, Silas Cardoso, apresentou o que chamou de "aperfeiçoamento da proposta apresentada em março deste ano", com o aumento do território de 86 para 104 hectares. Sobre a contraproposta da comunidade, Cardoso afirmou que não existe a possibilidade de uso compartilhado da barragem, mas assegurou a construção de um açude para atender às necessidade da população local. O assessor afirmou, ainda, que "a proposta chega bem perto do limite do que pode ser oferecido pelo Governo".

Para Deborah Duprat, a comunidade não tem condições de continuar negociando com a pressão de um processo judicial que já resultou em decisão para sua retirada do local, além de medida liminar, ambas favoráveis à Marinha. Em função do posicionamento adotado pelo MPF, o advogado Geral da União Bruno Cardoso, presente na audiência, se comprometeu a interpor recursos pedindo a suspensão do processo judicial travado entre a Marinha e a comunidade e contra a liminar assinada no final de março, que impede a reforma das casas da comunidade.

O chefe do gabinete do ministro da Defesa, Antônio Lessa, se comprometeu a levar a contraproposta da comunidade ao ministro e ao comando da Marinha, na tentativa de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 78/ 2014

Brasília, 07 de maio de 2014.

prosseguir com as negociações. Para Deborah Duprat “fica o desafio para o governo rever algumas situações como a ausência de rios na área cedida para a comunidade, bem como a possibilidade de uso compartilhado da barragem pelos quilombolas”. Já o procurador Leandro Nunes afirmou que “agora há medidas concretas que podem ser tomadas, a exemplo do pedido de suspensão do processo judicial”.

A expectativa é de que o caso tenha desfecho com um acordo celebrado entre a comunidade e o Governo Federal, sem a retirada da comunidade tradicional da área em que vivem há mais de dois séculos.



Índio integrado à sociedade é condenado segundo lei penal por agredir irmã
SÍTIO OAB/LONDRINA, 07.05.2014

Índio integrado à cultura do “homem branco” está sujeito às lei penais vigentes, independentemente de já ter sofrido punição pelo mesmo fato com base nas tradições de sua tribo.

A 4ª Câmara Criminal do TJ, com base no que diz o Estatuto do Índio (Lei n. 6001/1973), confirmou sentença que condenou um silvícola a três meses de detenção, em regime aberto, por agressão contra a própria irmã, a quem atacou com um cabo de vassoura. A mulher teria ficado com vários hematomas na face e nas pernas.

A apelação do réu foi no sentido de buscar a absolvição por já ter sofrido punição entre os seus. Sua condição de aculturado, entretanto, ficou incontroversa nos autos. Ele trabalhava em uma empresa da região, recebia salários regularmente, consumia bebidas alcoólicas aos finais de semana e buscava entretenimento em bailes com grande frequência.

O desembargador Roberto Lucas Pacheco, relator do acórdão, ressaltou ainda que, por já ter sido condenado ao mínimo legal, o réu não pode ser beneficiado com atenuante por ser indígena. A decisão foi unânime (Apelação Criminal n. 2013.086669-7).



Ministro da Justiça cancela viagem a área de conflito indígena no RS
SÍTIO RÁDIO TAPEJARA, 07.05.2014

Indígenas, MPF e produtores têm reclamado de 'omissão' .

Após prometer uma visita à região de conflitos indígenas onde dois agricultores foram achados mortos no final de abril no Rio Grande do Sul, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, cancelou, na noite desta segunda-feira (6), a viagem que faria ao estado nesta terça (7). Segundo assessores, o compromisso foi desmarcado devido a uma convocação extraordinária da presidente Dilma Rousseff para uma reunião no Palácio do Planalto.

No lugar de Cardozo, viajará um assessor do ministério e um representante da Fundação Nacional do Índio (Funai). Ainda não está definido, no entanto, se eles se deslocarão até Faxinalzinho, no norte do Estado, onde as mortes foram registradas. A agenda, por enquanto, prevê apenas uma reunião no Palácio Piratini, sede do governo gaúcho em Porto Alegre.

Os agricultores foram mortos próximo à estrada que liga Erval Grande a Faxinalzinho, Segundo a Brigada Militar, as vítimas tentaram furar um bloqueio imposto por indígenas em estradas da região para reivindicar a demarcação de terras. Os irmãos queriam abrir passagem para caminhões carregados com ração. Houve discussão, e os produtores fugiram para um milharal, onde foram mortos a golpes de facões, pauladas e tiros de espingarda. A Polícia Federal investiga o caso.

No final de abril, o Ministério Público Federal (MPF) apontou "omissão" do Ministério da Justiça diante do conflito com desfechos trágicos. De acordo com o órgão, o risco de confrontos entre agricultores e indígenas "eram previstos e evitáveis se o governo federal não houvesse optado pela omissão proposital". Em nota divulgada à imprensa, o MPF destacou que há mais de um ano uma portaria declaratória sobre o impasse na região está na mesa do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para ser assinado.

Dias depois, o ministro se manifestou pela primeira vez sobre os conflitos. Cardozo negou omissão e disse que vai insistir na solução pacífica para os problemas no estado.

"A postura do Ministério da Justiça não é de omissão. É de ação, na perspectiva de conciliação, da paz, da solução pacífica para o conflito. O ideal é que façamos a mesa de diálogo, vou insistir que se façam as mesas de diálogo, porque as pessoas têm uma falsa ilusão de que assinando ou não uma portaria você resolve o problema. Isso é falso", afirmou o ministro durante uma coletiva de imprensa no Distrito Federal.

As atividades nas escolas de Faxinalzinho estão suspensas devido ao temor de novos protestos e conflitos entre indígenas e agricultores.

Fonte: G1/RS



Antropólogo sugere que comunidades indígenas sejam estudadas com satélites
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 07.05.2014

Seria uma uma forma de evitar a interferência dos pesquisadores na cultura desses povos

Roberta Machado

Nas entranhas da Floresta Amazônica, existem habitantes de um Brasil de outro tempo. São indígenas com pouco ou nenhum contato com outras culturas e que sobrevivem em grupos cada vez menores. Estima-se que existam 107 comunidades vivendo em isolamento em toda a Amazônia Legal, um número constantemente ameaçado pela expansão agrícola e madeireira. O desafio de proteger a integridade e a identidade desses últimos representantes de uma cultura em extinção torna-se ainda maior devido ao frágil equilíbrio em que vivem. A interação direta nem sempre é aconselhada ou permitida, o que dificulta até mesmo a comprovação da existência dos territórios ocupados pelas populações isoladas.

Pesquisadores decidiram, então, estudar esses povos de longe. Na verdade, a mais de mil quilômetros de distância. Usando imagens de satélite como referência, estudiosos norte-americanos conseguiram mapear o tamanho de uma comunidade indígena brasileira, registrar o número de residências construídas no local e até mesmo calcular o número de pessoas que vivem ali. Tudo isso sem pisar em território brasileiro. O grupo de cientistas da Universidade de Missouri usou como base fotos disponibilizadas gratuitamente no sistema Google Earth e estimativas baseadas nos dados de aldeias já conhecidas.

O alvo do satélite de alta resolução era uma pequena comunidade localizada no Acre, próximo à fronteira com o Peru. Os Isolados do Xinane tinham sido identificados havia alguns anos, mas seu isolamento impedia o levantamento de dados mais detalhados sobre esse grupo. O método de vigilância foi testado com imagens registradas por satélite em 2006, onde residências, plantações e até mesmo pessoas são identificáveis entre as árvores.